

CAPÍTULO LATINO-AMERICANO DA REDE INTERNACIONAL DE GÊNERO E COMÉRCIO.

Boletim n.º7
Fevereiro/Março 2008

Em Resumo...

Bilaterais entre América Latina e os Estados Unidos

- * O Congresso dos Estados Unidos aprovou a extensão da Lei de Promoção Comercial Andina e Erradicação de Drogas para Colômbia, Peru, Bolívia e Equador. Este mecanismo permite aos países andinos exportar mais de 3.000 produtos aos EUA com tarifa zero em troca de sua cooperação na luta contra o narcotráfico.
- * O Tratado de Livre Comércio entre EUA e Colômbia deu muito que falar. Enquanto o Partido Democrata não pretende discuti-lo antes das eleições presidenciais de novembro, o Presidente Bush considera que este é um tema de segurança nacional e é necessária sua aprovação de forma urgente.
- * A Costa Rica avança na aprovação das 'leis de implementação' do Tratado de Livre Comércio - TLC com os EUA, mas não sem protestos e mobilizações sociais.

Bilaterais entre América Latina e União Européia

- * A V Cúpula da América Latina, Caribe e União Européia se aproxima. Várias são as atividades preparatórias que estão sendo organizadas e muitas são as expectativas do que possa ser o resultado da mesma.
- * Com diferentes ênfases, a União Européia está levando adiante Acordos de Associação Econômica (EPAs, sigla do termo inglês) com os países Centro-Americanos, a Comunidade Andina de Nações e o Mercosul.

Regionais

- * A região andina foi testemunha de uma crise sem precedentes. A Colômbia invadiu o território equatoriano em uma operação militar contra as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia - FARC. Governantes da América Latina e também o Presidente dos Estados Unidos fizeram-se ouvir. Finalmente a Organização dos Estados Americanos – OEA foi o âmbito para a solução da controvérsia.

Multilaterais

- * Há poucos avanços nas negociações da Organização Mundial do Comércio – OMC sobre Agricultura e o tema do Acesso a Bens Não-Agrícolas - NAMA. Fica bastante difícil prever o fim da Rodada de Doha para este ano.

Editora Responsável: Nicole Bidegain, boletinigt@adinet.com.uy. Este boletim é elaborado pelo Capítulo Latino-Americano da Rede Internacional de Género e Comércio, com o apoio da UNIFEM. As notícias surgem de notas de imprensa de meios locais e internacionais, entre outras: Resumo de Imprensa da OXFAM e Boletim Pontes de ICTSD.
Tradução: Vivian Costa – Instituto EQUIT / IGTN Brasil.

Bilaterais entre América Latina e Estados Unidos

Para todos, mas com matizes

.: Lei de Preferências Tarifárias: .

Finalmente o Congresso dos EUA aprovou a extensão, até 31 de dezembro, da Lei de Promoção Comercial Andina e Erradicação de Drogas (ATPDEA, sigla do termo em inglês) para Colômbia, Peru, Bolívia e Equador.

Este mecanismo iniciado desde 1991 permite aos países andinos exportar mais de 3.000 produtos aos EUA com tarifa zero em troca de sua cooperação na luta contra o narcotráfico.

O Presidente Bush explicou que o prolongamento da ATDEA "dará tempo para implementar o Tratado de Livre Comércio entre EUA e Peru e ao Congresso dos Estados Unidos para aprovar o Tratado de Livre Comércio com a Colômbia". Neste sentido é possível que o Peru e a Colômbia já não pleiteiem uma nova ampliação da lei, porque segundo a Casa Branca, os TLCs darão continuidade a essas preferências e

significarão, além disso, para os empresários estadunidenses o acesso de seus produtos a esses países sem tarifas, algo que não conseguem com esta lei.

No comunicado da Casa Branca, Bush manifesta também sua preocupação pelo tratamento que o Equador e a Bolívia dão aos investidores dos EUA e espera que nestes dez meses haja progressos. Também exorta a comprometer ao Congresso e aos governos da Bolívia e do Equador (países sem TLC) para que discutam se estes países seguem ou não qualificados para este programa.

Forçando para ver se vai

.: TLC Colômbia: .

Que Bush quer aprovar o TLC com a Colômbia, isso já se sabe. O interessante é ver como ao longo destas semanas ele mesmo, seus representantes e seus aliados, fizeram de tudo para que este tema não se estanque.

Como exemplo temos que nos primeiros dias de março os colombianos receberam a visita do Secretário de Comércio dos Estados Unidos, Carlos Gutiérrez, junto à Secretária de Trabalho, Elaine Chao, ao administrador da Agência Federal

para o Desenvolvimento da Pequena Empresa, Steven Preston, e uma delegação de oito congressistas. Esta é sua quarta visita a esse país em menos de um ano e se enquadra nas ações do Congresso dos EUA tendentes à aprovação do

TLC com a Colômbia. O Acordo foi assinado em novembro de 2006, mas falta a ratificação do Congresso, onde os democratas condicionam sua aprovação a melhorias com relação aos direitos humanos e garantias sindicais na Colômbia.

Em sua visita a Medellín, o Secretário de Comércio dos EUA destacou os avanços da Colômbia em termos de crescimento econômico e pediu aos congressistas que o TLC seja votado de maneira individual e não como uma decisão de partido, antes das eleições presidenciais dos EUA.

Por sua vez, Susan Schwab, representante comercial dos EUA, visitou o Comitê de Finanças do Congresso alguns dias depois de desatado o conflito diplomático entre o Equador e a Colômbia (pela incursão de forças colombianas em território equatoriano) e afirmou: “agora é o momento de aprovar” o TLC. Para esta funcionária, aprová-lo é a melhor forma de ajudar seu aliado na região neste momento de crise. Também acrescentou: “um voto contra estes TLCs é um voto contra os exportadores dos EUA”.

Em paralelo, Bush vem negociando com a Presidenta da Câmara, a democrata Nancy Pelosi, para impulsionar o voto de consciência e não de bancada. É possível que caso não se vote em bloco, os votos necessários para sua aprovação sejam obtidos. Outro ponto de tensão se refere ao momento em que será discutido o tema no Congresso. Bush queria que fosse antes do recesso de março, no

entanto, pelas fortes oposições recebidas, ameaça apresentá-lo em abril mesmo que não tenha o apoio democrata. Por sua vez, os democratas não querem discutir o acordo em ano eleitoral, sobretudo quando os candidatos de seu partido à presidência atacam duramente o livre comércio, especialmente o Tratado de Livre Comércio da América do Norte - NAFTA. Frente às pressões de Bush, alguns legisladores democratas achavam ainda mais inconveniente movimentar o acordo prévio ao recesso de Páscoa, já que poderiam enfrentar pressões de sindicatos nos seus distritos onde estarão fazendo campanha eleitoral.

Mesmo que Pelosi também sofra pressões dos setores empresariais que vêm financiando a campanha democrata, reiterou sua argumentação ao Presidente Bush: antes de submeter a votação o TLC com a Colômbia, primeiro o Congresso e o Governo devem entrar em um acordo para renovar a 'Lei de Ajuste Comercial' (TAA, do termo em inglês). Esta lei oferece compensações aos trabalhadores dos EUA afetados pela liberalização. Este argumento se somou aos já reiterados sobre a falta de garantias sindicais na Colômbia e as violações aos Direitos Humanos nesse país.

Bush, no entanto, voltou a afirmar em uma Conferência com a Câmara de Comércio Hispânica em Washington e na reunião do Clube Econômico de NY, que o acordo com a Colômbia deve ser aprovado “porque é importante para nossa economia e segurança nacional”.

Na Colômbia

Por sua vez o TLC tem que passar por outra prova na Colômbia, o Congresso deste país já aprovou a lei de ratificação do Acordo, mas para sua entrada em vigência é necessário ainda o controle de constitucionalidade. Neste sentido, foram apresentados mais de quarenta documentos com argumentos a favor e contra o TLC por parte de grêmios, governo e organizações sociais na Corte Constitucional. Por exemplo, a Rede Colombiana de Ação Contra o Livre Comércio (Recalca) e a Campanha Comércio com Justiça: Meus Direitos Não Se Negociam, apresentaram frente à Corte Constitucional intervenções cidadãs para demonstrar a inconstitucionalidade do TLC. Maura Mosquera apresentou o documento de impugnação baseando-se nos princípios de igualdade entre homens e mulheres expressados na Convenção sobre a Eliminação de todas as formas de Discriminação contra a Mulher (CEDAW, sigla em inglês) e nos princípios de dignidade humana que estabelece a Constituição

colombiana. Também assevera que é inconstitucional já que não houve um processo de consulta às Comunidades negras e indígenas, direito também estipulado na Constituição.

Por sua vez, a Procuradoria da Nação solicitou à Corte Constitucional que considere o TLC ajustado à constituição salvo nos capítulos relacionados com propriedade intelectual, telecomunicações, e os temas ambientais e trabalhistas. Segundo o Procurador Edgardo Maya, dificilmente pode haver equidade em uma regra entre uma superpotência e uma nação em desenvolvimento. Por isso, assinala que não se pode propiciar "o apressamento da liberalização comercial total e imediata".

De agora em diante, a Corte Constitucional estudará os argumentos apresentados e produzirá uma declaração de constitucionalidade ou não do TLC ainda nos próximos meses.

TLC no Peru analisado a partir de Havana

Foi realizado em Havana o X Encontro Internacional de Economistas sobre Globalização e Problemas do Desenvolvimento. Ariela Ruiz, consultora da Comissão Econômica Para a América Latina e o Caribe (CEPAL), argumentou sobre o impacto negativo do TLC entre Peru e EUA sobre a sociedade peruana. Entre seus argumentos contra o Acordo destaca os principais efeitos negativos que

para ela teria: ruptura das cadeias produtivas, liberalização dos serviços, aumento da brecha do conhecimento, fomento só das exportações de pouco valor agregado.

Além disso, para Ruiz o acordo está dissociado de um enfoque integral de desenvolvimento humano e social, que aprofunda as desigualdades e não estabelece

mecanismos de proteção dos preços dos produtos agrícolas. Mais ainda, restringe a capacidade do Estado para modificar a legislação tributária nacional, afeta os recursos naturais e amplia a vulnerabilidade da economia frente às crises financeiras internacionais.

Enquanto isso no Peru, o Ministério de Agricultura (MINAG) anunciou que em breve será lançado o Programa de Compensações para a Competitividade (PCC). Este programa parte da previsão que no dia 1º de janeiro de 2009 estará implementado o TLC com os EUA e é importante que o agronegócio

local se encontre em melhores condições frente a esse novo palco. Terá um orçamento de US\$ 120 milhões anuais e tem como objetivo melhorar a competitividade dos agricultores mediante a associativismo.

Ismael Benavides, titular do MINAG disse que o "PCC é um plano integral de financiamento de capacidades, transferência tecnológica, reconversão, créditos, acesso a mercado, irrigação tecnificada, mecanização agrícola e informação dirigida aos agricultores que se associem".

Sementes: entre quem usa e quem possui

∴ TLC Costa Rica: .

No dia 27 de fevereiro o parlamento costarrriquenho aprovou o Convênio Internacional para a Proteção de Obtenções Vegetais (UPOV). Este convênio obriga a Costa Rica a proteger, de acordo aos padrões internacionais, os 'descobridores' de espécies e sementes. "O grosso dos benefícios irão parar no Norte e às seis grandes transnacionais que controlam o mercado de sementes e plantas", argumentou José Merino, deputado opositor ao TLC.

Por sua vez nos primeiros dias de março o parlamento também aprovou a Lei de Proteção de Obtenções Vegetais. O principal argumento contrário refere-se a que esta lei protege os 'descobridores' das novas espécies vegetais, mas não as espécies em si, isto atenta contra os direitos de quem trabalha a terra e necessita das sementes.

Estes eventos mobilizaram as e os diretamente implicados. No mesmo dia 27 de fevereiro 200 mulheres e homens indígenas se concentraram na capital, na Assembléia Legislativa e apresentaram uma carta de petições. Matilda Fernández Morales, mulher indígena Bribri, de Sepecue em Talamanca, disse:

"Viemos a São José porque nos sentimos frustradas e tristes porque os remédios e sementes vão ser patenteadas. Viemos porque não queremos o TLC porque ninguém nos consultou. Nós, as mulheres indígenas, valem igual que os homens e estamos todos acostumados a estar livres. O TLC vai nos tirar essa liberdade. Nós respeitamos, não vamos a nenhum outro país a patentear coisas, por que querem vir nos nossos lugares e nos obrigar?"

As ações continuam; uma delas é a colheita de mais de 35 mil assinaturas para levar a consulta às leis de UPOV. Esta mobilização foi impulsionada pela Federação Costarrriquenha para a Conservação do Ambiente (FECON) e é respaldada por um grupo de Comitês Patrióticos e organizações sociais ao longo do país.

Ultimato

Os Estados Unidos, a América Central e a República Dominicana outorgaram uma prorrogação até 1º de outubro para que a Costa Rica termine de aprovar as 12 leis de 'implementação' do TLC. O Subsecretário de Comércio Exterior dos EUA, Christopher Padilla, afirmou na sua visita pela região,

que é a última oportunidade dada ao país para incorporar-se aos compromissos e benefícios do acordo.

Por enquanto só quatro leis foram aprovadas totalmente. Cinco projetos foram aprovados no primeiro debate no Congresso, mas se requer mais um debate. Os três restantes ainda estão na agenda. Entre as leis pendentes de aprovação se encontram os projetos mais polêmicos e com forte oposição tais como o da abertura dos monopólios estatais, telecomunicações e seguros.

Por sua vez, o Presidente Arias pediu ao seu Congresso que se aprovem as doze leis nestes três meses já que "o tempo é ouro".

Tratado de Livre Comércio da América do Norte (NAFTA) na mira

Nos últimos meses as declarações sobre o livre comércio nos EUA foram moeda corrente. Por um lado os pré-candidatos democratas Hillary Clinton Clinton e Barack Obama manifestaram a necessidade de revisar os tratados de livre comércio, especialmente o assinando entre EUA, Canadá e México (NAFTA) já que custaram altos índices de desemprego especialmente no setor industrial. Os pré-candidatos democratas expressaram seus argumentos em debates televisivos e em vários Estados com altos índices de desemprego. Declararam que se ganharem as eleições em novembro poderiam considerar a retirada dos EUA do NAFTA. Por outro lado, Bush

os tachou de populistas e declarou continuamente os benefícios do NAFTA para os EUA, entre eles porque "é bom para os consumidores e mantém na linha a inflação".

"O NAFTA é muito bom, mas para os gringos"

Por sua vez no México as organizações camponesas e sindicais se declararam em mobilização permanente por diferenças com o Executivo na mesa de diálogo. Demandam renegociar o capítulo agropecuário do NAFTA já que afirmam que foi muito nefasto para o campo. Também reclamam a redistribuição dos orçamentos

governamentais atribuídos ao desenvolvimento rural, assim como o estabelecimento de um mecanismo de administração das importações e exportações de milho, feijão, leite em pó e adoçantes. Já iniciaram uma agenda de conversações com o Congresso e os congressos estatais em busca de resposta para suas propostas e pensam convocar uma paralisação nacional em agosto se suas demandas não forem contempladas.

Por outro lado se anunciou a princípios de março, a formação de um grupo de trabalho para renegociar o NAFTA. Este grupo é presidido pelo canadense Peter Julian, membro do Novo Partido Democrático, pela legisladora norte-americana Marcy Kaptur, democrata por Ohio, e pela senadora mexicana Yeidckol Polevnsky, do Partido da Revolução Democrática (PRD). Têm previsto reunir-se nos próximos meses para pensar a estratégia de modificação do tratado vigente desde 1993.

Bilaterais entre América Latina e União Européia

Preparando-se para a V Cúpula

De 13 a 17 de maio será realizada a V Cúpula de Chefes de Estado da América Latina, Caribe e União Européia (TLC - UE) em Lima/Peru. Participarão 59 mandatários com o objetivo de acordar ações sobre os dois eixos da reunião: "Pobreza, desigualdade e inclusão" e "Desenvolvimento sustentável: meio ambiente, mudança climática, energia". Além disso, essa será uma oportunidade de avançar no diálogo político de alto nível sobre os Acordos de Associação Econômica que já estão sendo negociados entre as diferentes sub-regiões e a Europa.

O Presidente da Comissão de Alto Nível da V Cúpula TLC - UE, Ricardo Vega Llona, informou que 44 países confirmaram sua presença em nível de chefes de Estado. Lembrou que os presidentes da Venezuela e do Uruguai ainda não se registraram, mas espera que eles e os outros mandatários o façam nos próximos dias.

No marco da Cúpula estão sendo desenvolvidas diferentes atividades preparatórias e com diferentes atores, mas todos com o mesmo fim: incidir nas decisões dos e das

governantes e na declaração final da Cúpula.

Em março ocorreu a I Conferência Ministerial sobre Meio Ambiente entre a União Européia, América Latina e Caribe. Participaram cerca de 60 membros dos países da TLC e da UE. A agenda incluiu discussões sobre as energias renováveis, a adaptação à mudança climática, a perda da biodiversidade e o desflorestamento. Esta reunião é o primeiro passo orientado a dar mais ênfase das questões ambientais na associação EU- TLC. Na Europa está previsto uma redução de 20% dos

gases de efeito estufa antes de 2020, ou 30% se os Estados Unidos e outros países selarem junto à Europa um acordo para frear a mudança climática quando o atual expire, em 2012. Também está previsto um maior uso de fontes de energia renovável, entre elas os biocombustíveis. Isto cobra um especial interesse para alguns países da região. Neste sentido, a embaixadora do Brasil na União Europeia, Maria Celina de Azevedo Rodrigues, defendeu na sua intervenção a viabilidade do uso dos biocombustíveis argumentando que, entre outras coisas, acaba com a dependência do petróleo que sofreu um forte aumento de preço nos últimos três anos.

Próximos eventos:

- No dia 31 de março e 1º de abril será realizado, em Lima, o **IV Fórum Euro Latino-americano e Caribenho da Sociedade Civil** organizado pela Mesa de Articulação de Associações Nacionais e Redes de ONGs da América Latina e Caribe e apoiado pela Comissão Europeia. As e os participantes trabalharão em uma declaração do Fórum que recolherá um conjunto de propostas sobre os conteúdos e mecanismos necessários para que o diálogo político, a cooperação e os intercâmbios comerciais entre UE e TLC contribuam para a conquista de relações mais equitativas entre ambas regiões.

- De 16 a 18 de abril, em Lima, será realizado o **V Encontro da Sociedade Civil organizada da Europa, América Latina e Caribe** organizado pelo Comitê Econômico e Social Europeu (CESE). Contará

com a presença de 200 representantes de organizações da sociedade civil da TLC e Europa e terá como resultado uma declaração sobre inclusão social e migrações, as dimensões sociais e ambientais da integração entre outros.

- De 13 a 16 de maio, em paralelo à Cúpula de Chefes de Estado, acontecerá o encontro **Enlaçando Alternativas 3** que é promovido por diversos movimentos sociais e organizações não-governamentais da Europa, América Latina e Caribe. Dito encontro se concebe como uma Cúpula dos Povos de ambos continentes que responderá aos desafios colocados na Cúpula.

- Nos dias 14 e 15 de maio será realizada a **II Cúpula Empresarial TLC-UE** e estarão presentes mais de 300 empresários. Foram convidados a participar César Alierta, Presidente da Telefónica Espanhola, e a Chanceler alemã Angela Merkel. Esta reunião também terá como resultado uma declaração que será apresentada às e aos governantes na própria Cúpula.

Vega Llona lembrou de que os representantes da TLC-UE vieram se reunindo nas chamadas '*Senior Officials Meetings*' (SOM), "Este ano já foram realizadas duas reuniões deste tipo. A terceira será para afinar detalhes da Declaração de Lima, com cuja assinatura conclui a Cúpula. Este documento será trabalhado nos dias 13 e 14 de maio pelos SOM de todos os países e no dia 15, os chanceleres revisarão a Declaração para depois apresentá-la aos Chefes de Estado".

Também informou que no dia 17 de maio serão promovidas as reuniões entre a UE e os diferentes blocos econômicos. “Os blocos econômicos se reúnem separadamente. Primeiramente se reunirão a Comunidade Andina de Nações com a União Européia; depois o Mercado

Comum do Sul com a UE e finalmente o Mercado Comum Centro-americano com a UE. Além disso, haverá mais uma reunião de dois países que não participam de bloco econômico algum, México e Chile”, detalhou Vega Llona.

Acordando o Acordo

.: UE e América Central:.

De 25 a 29 de fevereiro foi realizada em Bruxelas/Bélgica a II rodada de negociações para um Acordo de Associação Econômica entre Costa Rica, Guatemala, Honduras, El Salvador, Nicarágua e Panamá (como observador) e os 27 países da União Européia.

Embora o acordo tenha um capítulo sobre diálogo político e outro sobre cooperação, as discussões se enfocaram nos aspectos comerciais. A negociação se centrou nos prazos para a dedução tarifária. Os europeus propuseram para isso 7 anos e os centro-americanos pediram 15, por isso finalmente a UE aceitou um lapso máximo de 10 anos. Discutiu-se uma proposta de criação de “cestas” que incluirão mercadorias segundo o prazo de eliminação de tarifas. Os centro-americanos têm esperança de proteger seus produtos sensíveis, como os lácteos e algumas hortaliças, das possíveis exportações subsidiadas da Europa mesmo que seja dentro da cesta que inclui produtos com eliminação de impostos de entrada em 10 anos.

O que sim foi acordado é que “o processo deve terminar em 2009”, afirmou João Aguiar Machado, porta-voz da equipe européia. Outro acordo se baseou na necessidade de

fazer um estudo de impacto comercial adicional para “assegurar” que as negociações comerciais tenham o “enfoque adequado”, explicou o negociador da área comercial para a UE, Rupert Schlegemich.

Fica pendente a negociação sobre o acesso a mercados e algumas definições de prazos para a eliminação de tarifas e os requisitos sanitários para comercializar produtos.

Enquanto isso, no dia 14 de março, os presidentes centro-americanos se encontraram em São José de Costa Rica e analisaram como o processo vai se encaminhando. Manifestaram a vontade de impulsionar temas como o financiamento para o desenvolvimento, as migrações e o meio ambiente. Por sua vez declararam que rejeitam a pressão da UE em temas políticos e o protecionismo que aplica sobre seu comércio. A UE exerce influência

para que a Guatemala, a Nicarágua e El Salvador ratifiquem o Estatuto de Roma para reconhecer o Tribunal Penal Internacional.

A terceira rodada se realizará de 14 a 18 de Abril, em São Salvador, e serão revisadas as ofertas de

Preparando a terceira

.: UE e CAN:.

Grupos de técnicos dos países membros da Comunidade Andina de Nações (CAN) aceleraram os preparativos para a Terceira Rodada de Negociações com o objetivo de alcançar um Acordo de Associação entre a CAN e a UE. Os chefes andinos do grupo de negociação de Comércio se reuniram na sede da CAN para discutir sobre a preparação de sua oferta de bens, analisar as modalidades para a negociação de bens agrícolas e não agrícolas, e pautar o cronograma de reuniões prévias à Terceira Rodada, a realizar-se entre 21 e 25 de Abril em Quito, no Equador.

Para a negociação tarifária, a CAN está preparando uma oferta de dedução conjunta que será apresentada este mês à UE. Com relação ao pilar de Diálogo Político e

acesso a mercados, assim como de comércio de serviços. Em maio os chefes de Estado se reunirão no Peru na Cúpula TLC-UE onde avaliarão o processo e certamente darão outro empurrão às negociações.

Cooperação, ainda estão sendo discutidos os avanços. Grupos de trabalho vieram analisando durante todo o mês o intercâmbio de ofertas tarifárias, as compras públicas e acesso a mercados, entre outros temas.

A CAN subsiste apesar das diferenças político-ideológicas entre o Equador e a Bolívia por um lado, e a Colômbia e o Peru por outro. Somado a isto está a recente crise andina que faz o bloco tremular mais um pouco. Quanto a isto, Freddy Ehler, Secretário-Geral da CAN responde: "apesar da situação difícil conhecida por todos, os andinos prosseguiram com diversas reuniões vinculadas à integração do bloco, assim como às relacionadas com o acordo comercial e de associação política que se espera obter com a União Européia".

Tomando impulso

.: UE e MERCOSUL:.

A UE quer intensificar as negociações com o MERCOSUL e executou algumas ações nestas últimas semanas com o fim de retomar a negociação entre os blocos, congelada desde 2004. Houve algumas tentativas de

retomar as negociações no ano passado, especialmente com o anúncio do Brasil como sócio estratégico da UE e com a viagem do Presidente do Uruguai, Tabaré Vázquez à Europa. No entanto, esta nova tentativa tem como objetivo

preparar o encontro entre os blocos no marco do V Cúpula de Chefes de Estados da América Latina e Europa, que será realizada em Lima.

“Hoje estão dadas todas as condições para chegarmos a um acordo e superar o fracasso daquele ano”, afirmou o chefe da Unidade Mercosul da Comissão Européia, Ángel Carro Castrillo, em referência ao fracasso das negociações de 2004.

É neste sentido que o subsecretário para as Relações Exteriores inglês, Kim Howells, se reuniu com o secretário-Geral da Chancelaria do Uruguai, José Luis Cancela. Segundo o comunicado oficial, foram debatidos os temas a serem tratados na Cúpula de Lima a qual inclui as questões bilaterais, assim como a energética e a mudança climática.

Regionais

Crise andina, resolvida na região

O mês de Março marcou uma crise sem precedentes na região andina. A Colômbia invadiu o território equatoriano em uma operação militar que terminou com a morte de 20 guerrilheiros, entre eles Raúl Reyes, alto chefe das Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC), além de resultar mortos e feridos vários estudantes mexicanos.

Em um primeiro momento o Presidente da Colômbia, Álvaro Uribe pediu desculpas a seu homólogo equatoriano Rafael Correa. No entanto, logo depois passou a acusar o Equador e a Venezuela de apoiar às FARC na sua luta armada, baseando-se em supostos documentos achados na operação militar. Correa e Chávez romperam relações diplomáticas com a Colômbia e dispersaram tropas nas suas respectivas fronteiras com esta nação. Correa aproveitou para visitar alguns países da região em busca de apoio. Daniel Ortega, Presidente da Nicarágua, decidiu unilateralmente romper relações com a Colômbia depois da visita de Correa.

Enquanto isso a Organização dos Estados Americanos (OEA) se reuniu e na sua declaração condenou a atitude da Colômbia por violação ao território equatoriano. O Parlamento Andino também se reuniu e manifestou sua posição. Mas foi na XX Cúpula do Grupo do Rio onde a situação começou a se encaminhar. Entre acusações, declarações e apertos de mão, a região toda foi testemunha de uma possibilidade de acordo. As relações diplomáticas foram retomadas novamente e ordenou-se a retirada das tropas da fronteira. Uma comissão especial da OEA visitou o Equador e a Colômbia e apresentou o relatório final às e aos chanceleres do continente. Segunda-feira 17, a OEA resolveu rejeitar a incursão

colombiana em territórios equatorianos no passado 1º de março. Os Estados Unidos apoiaram a resolução final mesmo tendo manifestado sua reserva quanto ao artigo referente à incursão colombiana, alegando que este país tem direito a atuar em legítima defesa. O chanceler equatoriano Eduardo Egas assinalou que "o fato de que se tenha reconhecido a violação e que a Colômbia se desculpasse não só com o Equador,

mas ante a comunidade internacional e o fato de que se tenha estabelecido o compromisso do evento não voltar a se repetir não só ante o Equador, mas ante a comunidade Internacional, eu considero um triunfo". Também afirmou que ainda que o Equador tenha rompido unilateralmente os vínculos com a Colômbia, as relações econômicas binacionais se mantiveram sem mudanças.

Com ameaça, mas sai

.: UNASUL:.

O chanceler boliviano e Secretário Pro Tempore da União Sul-Americana de Nações (UNASUL), David Choquehuanca confirmou a realização da Cúpula nos próximos dias 28 e 29 de março em Cartagena das Índias, Colômbia.

Esta reunião foi colocada em dúvida pela crise diplomática andina. A cúpula tem por objetivo aprovar o Tratado Constitutivo do 'bloco regional' que reunirá 12 países sul-americanos (MERCOSUL, CAN, Chile, Guiana e Suriname).

Energia! O frio está chegando

Depois do reconhecimento da Bolívia de não poder atender os compromissos energéticos contraídos com a Argentina e o Brasil, os três presidentes fizeram rodadas de negociações para a obtenção de gás. A atual produção boliviana de gás ronda os 40 milhões de metros cúbicos diários, enquanto a demanda dos mercados externo e interno está nos 46 milhões de metros cúbicos. O déficit da produção de gás provocou uma redução da exportação, principalmente ao mercado da Argentina. O governo boliviano reconheceu que será difícil cumprir com os 4.5 milhões de metros cúbicos que a Argentina demanda para o próximo inverno. É neste

sentido que Cristina Fernández, presidenta da Argentina, não ficou de braços cruzados e ratificou a aliança estratégica com a Venezuela, que o ex-Presidente Néstor Kirchner tinha inaugurado. Neste marco, foram assinados dois acordos: um que implica melhores condições para a venda de alimentos argentinos na Venezuela e outro no qual a Venezuela se compromete a abastecer com diesel e óleos Combustíveis à Argentina.

Por outro lado, o ministro boliviano de Hidrocarbonetos, Carlos Villegas afirma que em 2012 haverá gás suficiente para cumprir com a Argentina e com o Brasil.

Multilaterais

A rodada vem lenta

Dia a dia se torna mais difícil vislumbrar que a Rodada de Doha da Organização Mundial do Comércio termine em 2008. No último dia 8 de fevereiro foram apresentados os textos revisados sobre agricultura e Acesso a Mercados Não Agrícolas (NAMA, sigla do termo em inglês) e até o momento não há acordo. O problema de fundo continua sendo os desequilíbrios.

A novidade do novo texto sobre NAMA é a eliminação dos números indicativos que permitiam aos países em desenvolvimento (PEDs) abstrair-se de algumas reduções tarifárias. A coligação de PEDs denominada NAMA-11 denunciou o desequilíbrio frente ao texto de

agricultura que sim contém as categorias para reduções tarifárias.

Por outro lado, o Ministro de Agricultura francês, Michel Barnier, qualificou o texto sobre agricultura como inaceitável. E a UE rejeitou o requerimento de uma redução média de 54% das tarifas agrícolas dos países desenvolvidos.

Neste clima, a UE e os EUA consideram que é possível realizar uma reunião ministerial no final de abril com o objetivo de concluir as negociações. Outros membros, como por exemplo, a Índia, especificaram que o processo deve se guiar pela substância e não por datas determinadas.

Mais mulheres trabalhando, mas em piores condições

Segundo o relatório "Tendências mundiais do emprego das mulheres, março 2008" publicado pela Organização Internacional do Trabalho (OIT), o número de mulheres que participam dos mercados trabalhistas do mundo é o mais alto na história, mas estas trabalhadoras estão mais expostas que os homens a ter empregos de baixa produtividade, mal pagos e vulneráveis, sem proteção social nem direitos.

América Latina e Caribe foi a única região onde o emprego precário

cresceu nos últimos dez anos. Por sua vez o aumento do emprego vulnerável foi maior para as mulheres latinas. Este aumento sugere que este tipo de emprego pode ser gerado no setor serviços, que é onde foi criada a maioria dos postos de trabalho na região.

Glossário

EPAs (do termo em inglês): Acordos de Livre Comércio entre a União Europeia e um sócio comercial ou uma região, que da mesma forma que os Acordos de Livre Comércio, incluem outros temas de negociação como compras governamentais, investimentos e direitos de propriedade intelectual.

Organização Mundial do Comércio (OMC): Organização que se ocupa das normas que regem o comércio entre os países em nível mundial. Foi fundada em 1995, embora seja sucessora dos acordos realizados no marco do GATT. A OMC trabalha em quatro áreas: o comércio de bens, o comércio de serviços, os direitos de propriedade intelectual e os investimentos.

Tratado de Livre Comércio (TLC): Acordos entre países que incluem temas comerciais, de investimentos, de compras públicas e de propriedade intelectual, que servem para regulamentar o intercâmbio comercial e de investimento entre os assinantes.